



DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL
Av. Des. José Nunes da Cunha - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79031-902 - Campo Grande - MS -
www.defensoria.ms.def.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 0146963/33/005537/2023 - SGA

Em 18 de janeiro de 2024.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Secretaria de Gestão Administrativa, por meio de seus servidores designados na solicitação da demanda elaboraram o presente Estudo Técnico-Preliminar para a aquisição em tela, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Resolução DPGE Nº. 315, de 14 de abril de 2023 e exigências da Nova Lei Licitações e Contratos Administrativos (14.133/2021).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O presente estudo visa identificar a necessidade atender à Solicitação de Compras nº. 0129465, que requiere a contratação de Empresa Seguradora para fornecimento de serviços de seguro em grupo contra, morte accidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente, despesas médicas hospitalares e odontológicas, assistência funeral individual, ocorridos em território nacional e em qualquer período, para servidores e voluntários da Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

2.2. Como é sabido, A Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul, atua em todas as Comarcas do Estado, com o objetivo de cumprir sua função constitucional e garantir a assistência jurisdicional à população carente, que garante de assistência gratuita.

2.3. Frise-se que a instituição tem se debruçado em estruturar adequadamente todas as unidades, visando garantir um ambiente acessível e apropriado aos servidores e assistidos que frequentam diariamente a instituição.

2.4. Para tanto, a instituição conta com uma equipe de servidores que realizam manutenção predial, que têm a função de garantir que as unidades mantenham uma infraestrutura adequada para o desempenho das atividades laborais, visando o efetivo atendimento à população desassistida.

2.5. Também, possui motoristas devidamente autorizados e qualificados para dirigirem os veículos oficiais da Defensoria, como vans, caminhões de cargas, e carros de passeio, tendo como a principal função, garantir que os Defensores Públicos cheguem a locais de difícil acesso, como por exemplo: aldeias indígenas, locais de risco para prestar assistências a pessoas em situação de rua no período noturno, viagens oficiais, dentre outras demandas da Instituição.

2.6. Nesse contexto, acabam por exercer atividades de alto risco ao conduzir os veículos, pois enfrentam cotidianamente diversas intercorrências como a falta de estrutura da malha rodoviária, curvas perigosas, buracos na pista, pisos irregulares, sinalização inexistente ou insuficiente, falta

de acostamento, animais soltos nas estradas, bem como, imprudência de outros motoristas.

2.7. Quanto aos voluntários, a Defensoria Pública colabora com a capacitação dos mesmos, com o principal objetivo de ajudar a formar cidadãos e profissionais responsáveis, sem vínculo empregatício, como forma de manter um mecanismo de apoio aos estudantes que cursam graduação de nível superior, para obterem a necessária experiência profissional e preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

2.8. É importante destacar que a contratação é primordial para atendimento ao que prevê a Resolução DPGE nº. 022/2008, de 18 de dezembro de 2008, que estabelece as diretrizes que deverão ser observadas para a efetiva prestação dos serviços voluntários na Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, e observa a necessidade da contratação, em favor de voluntários jurídicos de seguro para cobertura de acidentes pessoais, dispondo o seguinte:

Art. 3º Pode prestar serviço voluntário na Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul a pessoa física maior de dezoito anos e que pertença a pelo menos uma das seguintes categorias:

I – Servidores públicos e Defensores Públicos aposentados (grifo nosso);

II – Graduado ou estudantes de cursos de nível superior (grifo nosso).

[...]

*“Art. 9º O voluntário terá **cobertura de seguro de acidentes pessoais custeado pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (grifo nosso);***

2.9. Dessa forma, objetiva-se proporcionar um ambiente de trabalho seguro para todos os servidores, e voluntários, considerando que a Defensoria Pública do Estado é uma instituição permanente, essencial e independente, que tem como atribuição cumprir o dever constitucional de assegurar os cidadãos menos favorecidos economicamente o acesso à defesa e a garantia de seus direitos e interesses, fazendo-se necessária a contratação de seguro de em grupo para os mesmos, resguardando que estejam devidamente assegurados caso ocorra algum sinistro.

3. CONTRATAÇÃO ANTERIOR

3.1. Contratação do Seguro em Grupo dos Servidores e Defensores:

§ Modalidade utilizada na Contratação anterior: Pregão Eletrônico

§ Número de Processo administrativo anterior: 33/007.066/2022.

§ Número do Contrato referente contratação anterior: 003/DPGE/2022.

§ Encerramento da Vigência do instrumento anterior: 17/03/2024.

3.2. Contratação do Seguro em Grupo dos Voluntários:

§ Modalidade utilizada na Contratação anterior: Pregão Eletrônico

§ Número de Processo administrativo anterior: 33/007.066/2022

§ Número do Contrato referente contratação anterior: 004/DPGE/2022.

§ Encerramento da Vigência do instrumento anterior: 31/03/2024.

4. RESULTADOS PRETENDIDOS

4.1. Com a contratação do serviço em tela, será atendida a demanda interna da Instituição pelo período de 12 (doze) meses, bem como, proporcionará um ambiente de trabalho mais seguro, adequado e protegido aos servidores, caso ocorra um eventual sinistro.

4.2. Busca-se atingir ainda o cumprimento da Resolução DPGE nº. 022/2008, de 18 de dezembro de 2008, que estabelece as diretrizes que deverão ser observadas para a efetiva prestação dos serviços voluntários na Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, tal como, o seguro de acidentes pessoais.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos necessários, atender as especificações abaixo:

Objeto	Item	Descrição		Quantidade
SEGURO EM GRUPO	01	Seguro de vida para os servidores da Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul, compreendendo as seguintes coberturas:		80
		Morte Acidental (MAC)	100%	
		Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA)	100%	
		Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (D.M.H.O)	10% Limitado em R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)	
		Assistência Funeral Individual	R\$ 3.000,00 (Três mil reais)	
		O capital do Segurado Individual será uniforme no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).		
		O capital segurado total do grupo é de R\$ 8.000.000,00 (Oito milhões de reais).		
	02	Seguro de acidentes pessoais para os voluntários da Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul, compreendendo as seguintes coberturas:		200
		Morte Acidental (MAC)	100%	
		Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA)	100%	
		Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (D.M.H.O)	10% Limitado em R\$ 1.000,00 (Mil reais)	
		O capital do Segurado Individual será uniforme no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).		
		O capital segurado total do grupo é de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).		

5.2. Os serviços são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação prevista no art. 2º, II, da Resolução DPGE/MS nº. 289, de 27 de setembro de 2022, “ *considera-se bem de consumo de categoria “comum”, aquele que contém apenas os requisitos necessários e suficientes ao atendimento das demandas do órgão ou da entidade adquirente.* ”

5.3. Da forma de execução dos serviços:

5.3.1. A licitante vencedora emitirá a apólice de Seguro em Grupo seguindo as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP, com cobertura de 12 (doze) meses, abrangendo as seguintes coberturas conforme as especificações do objeto.

5.3.2. A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantido os riscos relativos às atividades profissionais e extras profissionais.

5.3.3. Para os servidores e voluntários incluídos ao Seguro após o início da vigência da Apólice, a data do início da vigência será a data de inclusão no seguro.

5.3.4. No preço proposto deverão estar inclusos o custo da apólice e quaisquer outras incidências.

5.3.5. O grupo de servidores do seguro de vida será constituído por 80 (oitenta) vidas.

5.3.6. O grupo de voluntários do seguro de acidentes pessoais será constituído por 200 (duzentas) vidas.

5.3.7. Durante a vigência contratual poderá haver variação da quantidade de beneficiários cadastrados.

5.3.8. A seguradora possibilitará a exclusão de segurados, a qualquer tempo, durante o período de duração da apólice.

5.3.9. A vigência da apólice coletiva coincidirá com a vigência do contrato a ser celebrado com a adjudicatária da presente licitação.

5.3.10. O recolhimento de documentos relativos à inclusão e exclusão de beneficiários será efetuado por parte da Seguradora, que manterá atualizada a listagem dos segurados.

5.3.11. Não haverá carência, exceto em caso de suicídio, nos termos do artigo 798 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

5.3.12. A apólice do seguro será coletiva, podendo ser emitida uma única apólice em nome da DPGE/MS, com emissão de certificado individual e nominal à cada uma das vidas relacionadas pelo Órgão, prestando assistência total ao acidentado, nos termos contratados, e a forma de custeio será não contributária (a critério da Contratada).

5.3.13. O prazo de entrega das apólices de seguro é de, no máximo, 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do pagamento do objeto contratado.

5.3.14. A apólice de seguro deverá conter:

- a) Os dados pessoais de todos os assegurados;
- b) O valor do prêmio total - 12 (doze) meses;
- c) A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado.

5.4. A contratada obriga-se a entregar apólice, em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Estudo Técnico Preliminar, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações e/ou a prestar os serviços com a mais estrita qualidade e eficiência esperados.

5.5. Novos servidores e voluntários a partir da assinatura do Contrato poderão ser substituídos no grupo segurado, sendo aceitos nas mesmas condições estabelecidas e sem custos adicionais para DPGE/MS.

5.6. Em caso de exoneração, com perda de vínculo com a DPGE/MS, o empregado e/ou voluntários será excluído do seguro. Já em caso de acréscimo de servidores ou voluntários será realizado Termo Aditivo, nos moldes da Lei 14.133/21.

5.7. Requisitos de Habilitação

5.7.1. A empresa deverá estar devidamente registrada e habilitada para prestar serviços ao poder público, comprovando sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária:

- a) Apresentação da certidão negativa de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- b) Apresentação da certidão negativa de débitos Fazenda Estadual da sede da contratada;
- c) Apresentação da certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal da sede da contratada;
- d) Apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas e de ações trabalhistas da contratada - CNDT;
- e) Certificado de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Apresentação do Contrato Social da contratada e documentação dos sócios, quando necessário;
- g) Certidões negativa de licitante inidôneo e improbidade administrativa;
- h) Balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios, assinados ou certificados digitalmente pelo sócio administrador e contador devidamente registrado no CRC, quando obrigado por lei;
- i) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- j) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (artigo 68, inciso II da Lei 14.133/2021);

5.8. Será necessário ainda que a instituição/empresa contratada apresente documentos comprobatórios de natureza jurídica e outros que fundamentem a reputação ético-profissional, como:

- a) Estatuto;
- b) Atas das últimas eleições;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

5.9. Qualificação Técnica

5.9.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada, que comprove a aptidão da

empresa para a fornecimento correspondente de 5 % (cinco por cento) do quantitativo do objeto a ser licitado.

5.9.2. O requisito de habilitação técnica explicitado no subitem acima tem por finalidade assegurar a comprovação, de maneira satisfatória, de que a empresa licitante detém capacidade produtiva e logística na execução do objeto a ser contratado, relacionada à quantidade e ao prazo de fornecimento. Ainda, ressaltamos que a possibilidade de solicitação do atestado de capacidade técnica está prevista no Art. 67, §9º da Lei 14.133/2021.

5.9.3. Apresentar comprovação de autorização de funcionamento da seguradora junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, na forma do art. 44 do Decreto Federal n. 60.459, de 13 de março de 1967.

5.10. Qualificação Econômica Financeira

5.10.1. Será exigido a título de habilitação econômico-financeira o índice de solvência geral maior que 1,0 ou, na hipótese de não se atingir esse percentual, como forma alternativa, capital mínimo ou valor do patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

5.10.2. Em relação ao índice eleito no subitem 5.10.1 para fins de qualificação econômico financeira, em que pese a Lei n. 14.133/2021 não enumerar como obrigatória a observância específica de índices contábeis, a boa prática administrativa impõe a sua previsão, com o intuito de evitar contratação com empresa que não detenha idoneidade financeira ou condições de executar a obrigação a qual ficará sujeita no futuro contrato a ser firmado.

5.10.3. Na falta de normativo estadual disciplinando o índice de solvência, a Administração Pública Estadual tem se valido da Instrução Normativa n. 03, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

5.10.4. Ademais, a previsão de requisito de habilitação econômico-financeira alternativo está em consonância com o art. 69, §4º e 3º, da Lei n. 14.133/2021, e a Súmula 275, do TCU.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul conta com aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) Defensores Públicos em seu quadro de servidores, dentre estes, a DPGE/MS oferece em torno de 200 vagas à voluntários como oportunidade para capacitação dos mesmos diretamente com os Defensores, dessa forma, justifica-se o quantitativo estimado em relação ao seguro de acidentes pessoais dos voluntários.

6.2. Ressalta-se que a quantidade de 80 (oitenta) assegurados para o grupo dos servidores e defensores foi baseada conforme as necessidades atuais da Instituição, tendo em vista o crescimento exponencial do órgão que necessita que mais pessoas possam dirigir os veículos oficiais, tornando o trabalho mais célere e eficiente, assim, foi estimada com base na relação de servidores aptos e devidamente autorizados a dirigirem os veículos oficiais da DPGE/MS, bem como, realizando atividades de alto risco.

7. DOS VALORES ESTIMADOS

7.1. A Pesquisa de preços será realizada previamente pela Secretária de Gestão Administrativa por meio da divisão de Gestão de Compras como condição indispensável para o confronto e exame de propostas em licitação.

7.2. Serão utilizados como referenciais de pesquisa mercadológica as fontes elencadas na IN DPE nº 03/2022 e Legislações Correlatas sendo que o preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média obtida na pesquisa mercadológica e/ou sistema banco de preços.

8. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. A eventual contratação objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por vários órgãos públicos, instituições. A exemplo disso, podemos citar as seguintes contratações feitas por meio de consultas a editais:

§ Prefeitura Municipal de Ipatinga – MG - Pregão Eletrônico nº 027/2023 ^[1];

§ Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM - Pregão Eletrônico nº 28/2023 ^[2];

§ Ministério Público do Rio Grande do Norte - Pregão Eletrônico 44/2023 ^[3];

8.2. Dessa forma, após análise feita nos editais de contratações acima citados, verifica-se a disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos serviços a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

8.3. No mais, não se observam maiores variações quanto ao atendimento à presente demanda, no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.

8.4. No entanto, a variação se dá pela modalidade de licitação pregão eletrônico, podendo ser tanto na forma convencional, quanto pelo sistema de registro de preços.

8.5. Assim, as contratações identificadas foram incorporadas na contratação em análise e tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

9. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. Diante da aproximação do término de vigência das atuais apólices de seguro em grupo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, identificou-se a necessidade de contratar empresa para prestação de serviços de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo para cobertura da vida dos servidores e acidentes pessoais dos voluntários.

9.2. Nesse sentido, é oportuno salientar que a contratada fica responsável por garantir a plena cobertura estabelecidas na apólice e no termo de referência, providenciando a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados.

9.3. Do explanado no item 8. do presente ETP, constata-se que a solução mais adequada ao atendimento da necessidade dos órgãos participantes é a realização de certame licitatório.

9.4. A pretensa contratação trata de serviço comum, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação por Pregão Eletrônico.

9.5. Os serviços a serem contratado indiretamente, não são vedados pela Administração Pública.

Como trata-se de serviço específico prestado por empresas seguradoras aptas a esta prestação e regulamentado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a alternativa da terceirização se traduz como a solução cabível, que possibilita a contratação indireta de serviços.

9.6. A prestação dos serviços não deverá gerar vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9.7. Dessa forma, é inequívoco que a contratação do seguro de vida e acidentes pessoais é necessária, e tem por objetivo assegurar e resguardar a integridade física dos servidores e voluntários, preservando-os contra os riscos de eventuais sinistros.

10. DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

10.1. Observa-se o fato de que toda e qualquer licitação se destina a investigar qual a melhor proposta para a efetivação dos interesses da Administração Pública, com a qualidade necessária e o menor custo possível, balizando-se por normas fundadas sobre princípios que assegurem a competitividade e justo preço, conforme o que determina o Art. 5º, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Frisa-se que, o art. 40, V, a, da Lei n.14.133/2021, estabelece que as compras efetuadas pela Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

10.3. Nesse mesmo sentido prevê a súmula n.º 247 do TCU, vejamos:

*“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (Grifo nosso).”*

10.4. Portanto, levando em consideração o disposto no art. o art. 40, V, a, da Lei n.14.133/2021, corroborado pela orientação contida na Súmula n. 247, do Tribunal de Contas da União, está-se adotando o parcelamento da solução, razão pela qual a licitação deverá ser organizada **em itens**, uma vez ser divisível o objeto do certame licitatório não importa em prejuízo para o conjunto da solução, tampouco gera perda de economia de escala.

10.4.1. Ademais, a adoção do parcelamento visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens, assegurando-se, dessa forma, a concretização do primado da competitividade.

11. GERENCIAMENTO DE RISCO

11.1. Anexo “A”

12. LEGISLAÇÃO VIGENTE

12.1. São aplicáveis ao presente processo de contratação os seguintes normativos:

a) Estudo Técnico-Preliminar, amparado pela Lei de Licitações, n. 14.133/21, em seu artigo

6º, inciso XX, Resolução TCE/MS n. 88/2018, alterada pela Resolução TCE/MS 180/2023, além de encontrar respaldo no artigo 1º da Instrução Normativa n. 40/2020/SEGES/ME, em especial *caput* do art. 8º, da Resolução DPGE n. 315/2023.

b) Instrução Normativa n. 05/2017 SEGES, que regulamenta o planejamento das contratações em âmbito federal e institui o Gerenciamento de Risco em seu artigo 20, inciso II, utilizada em analogia por esta Defensoria Pública.

c) RESOLUÇÃO CNSP Nº 434, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021 que dispõe sobre estipulação de seguros e responsabilidades e obrigações de estipulantes e sociedades seguradoras em contratações de seguros por meio de apólices coletivas.

d) Serão utilizados como referenciais de pesquisa mercadológica as fontes elencadas na IN DPGE nº 03/2022 e Legislações Correlatas sendo que o preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média obtida na pesquisa mercadológica.

e) Sugerimos a modalidade de pregão eletrônico, a luz do Art. 28, Inciso I, da lei 14.133/21.

f) Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

g) Normas regulamentares aplicáveis expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; E, ainda o disposto nos artigos 757, 788 e 798 do Código Civil do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

13. DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS SUGERIDAS AOS FISCAIS

13.1. Como alternativas pontuais para minimizar os riscos identificados, sugerimos aos fiscais do contrato que desenvolvam as atividades abaixo durante o acompanhamento da execução financeira da contratação:

a) Certifique-se de que no período de pagamento à contratada as certidões listadas no item 5.1.4 estejam vigentes;

b) Certifique-se de que o objeto será cumprido em sua integralidade, e se necessário requisiite informações pertinentes ao setor demandante.

13.2. Nos termos do art.117, Lei nº 14.133/2021, deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/21, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

13.3. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato da Contratante nos termos da Resolução DPGE n. 317, de 14 de abril de 2023.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A contratação poderá trazer algum tipo de impacto ambiental:

() SIM (x) NÃO

14.1.1. A aquisição de Seguro em Grupo da Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul, não gera qualquer impacto ambiental, visto que o serviço não será executado diretamente no meio ambiente e seus biomas.

15. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA AQUISIÇÃO

15.1. Diante do encerramento da vigência das apólices de seguros da Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul, bem como, conforme fundamentação acima, e após o Estudo Técnico-Preliminar da equipe epigrafada, **constatou-se a viabilidade da contratação**, a fim de que se possa dar continuidade às coberturas existentes, haja vista os riscos e a imprevisibilidade de eventos a que o Órgão está exposto.

16. PLANEJAMENTO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – PAC

16.1. O item 32 do Plano Anual de Contratações de 2024 (DOE 11.310) de 01 de novembro de 2023, prevê fornecimento de serviços bancários, postais e SEGUROS.

ANEXO A – GERENCIAMENTO DE RISCO

Risco 01	Não Haver disponibilidade orçamentária
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	Não contratação de Empresa Seguradora para fornecimento de serviços de seguro em grupo.
Ação Preventiva	Alinhar a demanda da Instituição junto com outros setores, em específico Financeiro, para que sempre indique disponibilidade orçamentária.
Ação de Contingência	Realizar conferência junto com a Secretaria de Finanças e verificar a disponibilidade orçamentária.

Risco 02	Erro na elaboração do orçamento estimativo da planilha de custo e formação de preços detectados antes da licitação
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	Atraso no processo e contratação em virtude do prazo de conferência com indícios de sobrepreço ou orçamento subestimado, implicando ajustes no feito, com a retificação do estudo preliminar, termo de referência e edital ainda não publicado.
Ação Preventiva	Realizar levantamento e conferir as informações antes da publicação
Ação de Contingência	Realizar nova conferência no orçamento previsto no Estudo Técnico Preliminar, TR e Edital, checando os valores de referência.

Risco 03	Levantamento inadequado dos itens que compõem os serviços e/ou materiais
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa (X) Média () Alta
Dano	Ausência de seguro suficiente caso ocorra algum sinistro, comprometendo a DPGE/MS e a segurança dos servidores e voluntários.
Ação Preventiva	Revisão e eventual adequação das especificações de obrigação da contratada e forma de prestação de serviços.
Ação de Contingência	Possíveis aditivos contratuais para que garantam a execução completa dos serviços.

Risco 04	Atraso na fase de licitação
Probabilidade:	() Baixa () Média (X) Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando os serviços da atividade fim e meio, principalmente a impossibilidade de continuidade das atividades de estágio em razão da inexistência de seguro obrigatório.
Ação Preventiva	Garantia a comunicação efetiva entre todos os setores envolvidos no processo de contratação, buscando a efetiva celeridade para conclusão do mesmo.
Ação de Contingência	Formação de equipe multidisciplinar de pronto-emprego para agilidade nas respostas.

Risco 05	Ausência de licitantes conforme TR estabelecido
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	Perda do processo licitatório.
Ação Preventiva	Ampla divulgação do Edital. Comunicar às empresas que forneceram propostas de preços na pesquisa, referente data e horário de abertura do certame. Especificar tecnicamente a solução pretendida com informações que possibilitem maior número de concorrentes, sem descomprometer a qualidade pretendida.

Ação de Contingência	Repetição da licitação para que se verifique possíveis cláusulas restritivas, bem como se dê ampla divulgação ao Edital.
----------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Risco 06	Deixar de realizar obrigação assumida em cumprimento do objeto (inexecução)
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	A não contratação do Seguro, podendo gerar obrigações para a instituição.
Ação Preventiva	Acionar cláusulas contratuais estabelecendo níveis mínimos de obrigações, aplicar sanções previstas no edital e termo de referência e, se necessário, executar garantia financeira do contrato (se for o caso).
Ação de Contingência	Contrato pode ser rescindido, providenciando-se nova contratação com modelo de execução mais adequado.

Risco 07	Contratada não manter as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no Contrato
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	Retorno de todos os riscos que foram mitigados por meio de critérios de habilitação e qualificação da licitação, podendo o Contrato ser rescindido, causando prejuízo ao erário
Ação Preventiva	Fiscal do contrato deve exigir a comprovação por parte da contratada da manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação ao longo da execução do contrato, abrindo procedimento administrativo para aplicação de sanções e execução da garantia em caso de desconformidade dos serviços prestados
Ação de Contingência	Contrato pode ser rescindido, providenciando-se nova licitação com a solução mais adequada.

Equipe de planejamento:

Maryte Rios Fernandes
Assessora Administrativa
Secretaria de Gestão Administração

Sara Carelli Medina
Assessora Administrativa
Secretaria de Gestão Administração

[1] <https://www.ipatinga.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pe-27-2023/44482>

[2] <https://portaldatransparencia.gov.br/licitacoes/869599218?ordenarPor=dataEmissao&direcao=asc>

[3] <https://archivum.mprn.mp.br/licitacoes/licitacoes/>



Documento assinado eletronicamente por **MARYTE RIOS FERNANDES, ASSESSOR ADMINISTRATIVO**, em 18/01/2024, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SARA REGINA CARELLI MEDINA, ASSESSOR ADMINISTRATIVO III**, em 18/01/2024, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://bit.ly/3TOMKe9> informando o código verificador **0146963** e o código CRC **1C9D0304**.

33/005537/2023

0146963v7
